

## Histórico

Os primeiros habitantes de todo o vale do Rio Preto foram os índios Coroados. A região circunscrita à bacia de Rio Preto e proximidades de Paraíba do Sul deveria possuir, em meados do século XVIII cerca de 1400 índios, sendo, então, a atual cidade de Marquês de Valença, no Estado do Rio, o principal aldeamento. Por ordens do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza, deu-se início, por volta de 1769, a catequese e civilização dos silvícolas do território, sendo o capitão Inácio de Souza Wernecke e Padre Manoel Gomes Leal encarregados dessas missões. Os indígenas da região não se apresentaram ferozes aos desbravadores brancos, mais medrosos e fugitivos, não deixando, porém, de lhes causar temor.

A Zona de Rio Preto permaneceu em sertão até 1780, mais ou menos, quando a atração do ouro, nos flancos da Mantiqueira, vertentes rio-pretanas, motivou o aparecimento do primeiro Ouvidor, pois já, em 1798, eram concedidas ao cidadão Miguel Rodrigues da Costa as honras de Capitão-Mor, sendo a primeira autoridade do lugar e o primeiro a ter a concessão de explorar em Conceição do Monte Alegre (hoje povoado do distrito de Santa Bárbara do Monte Verde), lavras de ouro.

O Governo da Metrópole, com receios de que o ouro retirado na região se escoasse sem o pagamento de impostos ao fisco, procurava por todos os meios impedir a abertura de caminhos, picadas ou veredas, devendo a produção aurífera passar pela estrada já aberta e patrulhada.

O Governador da Província de Minas, D. Rodrigo José de Menezes, foi a figura principal das primeiras investidas nos Campos Gerais de Santa Rita de Ibitipoca. Em 1780, determinava D. Rodrigo a partida para Ibitipoca de um de seus ajudantes de ordens, Francisco Antônio Rabelo, para "examinar a região e outras matas gerais da Mantiqueira abaixo", e procurar meios seguros de se impedir extravios de ouro, indagando das pessoas com autorização para lavrar as terras do ouro que haviam descoberto. Várias informações foram coligadas pelo ajudante Rabelo, dentre elas a de que vários moradores da "Estrada do Rio de Janeiro" haviam feito roças, paióis e aberto caminho para dentro do sertão proibido, por onde poderia, quem quisesse, passar sem encontrar a patrulha. Nessa época, o descoberto da Serra da Mantiqueira era compreendido sob a denominação de "Áreas Proibidas", razão pela qual foram por muitos anos as vertentes do Rio Preto conservadas incultas e desertas. Severas leis foram ditadas, proibindo a abertura de trilhas cuja falta de cumprimento determinava pesadas penas. O ajudante de ordens assegurava ainda que o meio mais eficaz para neutralizar os extravios seria uma estrada nas margens setentrionais do rio Preto, a que geralmente chamavam Paraibuna, divisor das Capitânicas de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 19 de julho de 1781, D. Rodrigo José de Menezes expediu instruções ao Comandante do Destacamento do Caminho Novo, alferes José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, pelas quais deveria se reger. Em 26 de setembro desse mesmo ano, Tiradentes dava conta ao Governador da Capitania de suas atividades, sobre a fundação do "Caminho Menezes", e da vigilância sobre as margens do rio Preto. Grande número de habitantes, a essa altura, vivia naquelas paragens tornando-se necessária a distribuição de terras.

Mais tarde, quando Governador das Minas, Pedro Maria Xavier de Ataíde Melo estabeleceu definitivamente o Registro de Rio Preto, criado ainda por D. Diogo de Menezes, em torno do qual se foi fazendo povoado. Até 1800, o lugar foi conhecido pelo povo como "A Passagem de Rio Preto - Aplicação de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca - Comarca do "Rio das Mortes", sendo guarda-mor, o primeiro do Registro de Rio Preto, muito se interessou e fez pelo progresso da terra em que passou a residir. Por decisão imperial de 1824, era providenciada a abertura de uma estrada desde "Presídio de Rio Preto" até entrar na comarca de São João Del-Rei. Em 14 de julho de 1832, por Decreto da Regência, foi o curato de Nosso Senhor dos Passos de Rio Preto do Presídio elevado à Paróquia. Um campanário simples, erguido no morro do Beato, dominava a

praça central da povoação. Viu Francisco Dionísio Fortes realizada, em 1844, uma das suas maiores aspirações - a elevação de Rio Preto à Vila - o levantamento do Pelourinho, símbolo da emancipação político-administrativa do arraial. Devido às injunções políticas, foi a Vila de Rio Preto suprimida em 1846 porém restaurada em 1850. Extinta novamente em 1854, foi reinstituída Vila em 1857, com os Fortes, família numerosa e de muito prestígio junto à Corte, tudo fazendo para o progresso de Rio Preto.

Francisco Tereziano Fortes, filho do guarda-mor Francisco Dionísio Fortes, herdeiro de grandes haveres e possuidor de bela fortuna, legou em testamento, certa importância e determinada quantidade de arrobas de café para a construção de um novo templo. Seus herdeiros, cumprindo suas últimas vontades, começaram a construir na praça central da vila a nova Igreja Matriz, cuja inauguração ocorreu a 26 de setembro de 1860. Com esta obra, Dona Maria Tereza de Souza Fortes, despendeu a importância de 200 contos de réis.

Em 1863, com o assassinato do português Manoel Pereira da Silva Júnior, chefe local do Partido Liberal, nas proximidades da fazenda de Santa Clara, de propriedade dos Fortes, líderes do Partido Conservador, e a campanha difamatória elaborada pela imprensa, foi feita uma devassa pelo Governo da Província, a mando do Paço Imperial, no seio da família Fortes, o que motivou a retirada e a fuga de vários membros da importante família, ficando em Rio Preto somente a baronesa de Monte Verde, mais tarde Viscondessa, e no Estado do Rio, na Fazenda Fernando, Carlos Teodoro de Souza Fortes, barão de Santa Clara. Em consequência dos fatos acima narrados, foi a sede do Município de Rio Preto transferida, em 1864 da Vila de Rio Preto para povoado de Nossa Senhora do Porto do Turvo. Seis anos depois, quando os ódios político-partidários já haviam desaparecidos e os rio-pretanos comungavam de um mesmo ideal, foi definitivamente reinstituído o município de Rio Preto, e a elevação da vila à categoria de cidade em 1871. Em 1892, com a inauguração da linha férrea, cujos trilhos atingiram a cidade, um surto de progresso pairou sobre Rio Preto. Com a vitória dos republicanos, o Dr. Davi Campista, então Intendente municipal, passou a melhorar as condições da cidade. Depois de Campista, outro elemento de escola passou a orientar os destinos de Rio Preto - Gastão Cunha. Sob sua influência e orientação, se fundou a Santa Casa de Misericórdia. Com o aparecimento, em 1902, de "O Vigilante", sob a direção de Adolfo Hermógenes Novais Garcia, surge a imprensa em Rio Preto. Em 12 de dezembro de 1917, são feitas experiências de luz elétrica na cidade. De 1918 para cá, vários melhoramentos foram introduzidos no município, e Rio Preto, fundado sob o ciclo do ouro, teve depois no café e na cana-de-açúcar o seu principal fator econômico. Com o desprestígio das culturas em geral, ocorreu-se um êxodo e queda de população rural.

## **Formação Administrativa**

O distrito deve sua criação ao decreto de 14 de julho de 1832, o Município, criou-o com sede no povoado de Presídio do Rio Preto e a designação de Nossa Senhora dos Passos do Rio Preto, a Lei provincial nº 271 de 15 de abril de 1844, por força da Lei provincial nº 285 de 12 de março de 1846, o município em apreço foi suprido, restaurando-o, porém, a Lei provincial nº 472, de 31 de maio de 1850. Extinto, novamente, pela Lei provincial nº 665, de 27 de abril de 1854, restabeleceu-o contudo, a de nº 835, de 11 de julho de 1857. Em cumprimento à Lei provincial nº 1191, de 27 de julho de 1864, Rio Preto perdeu mais uma vez a categoria de município, quando sua sede foi transferida para o povoado de Porto do Turvo, criando-se, conseqüentemente, o município de Vila Bela do Turvo, mais tarde Turvo, simplesmente. No entanto, a Lei provincial nº 1644, de 13 de setembro de 1870 reinstalou, finalmente o município de Rio Preto, com território desligado do de Turvo, ocorrendo a reinstalação a 22 de julho do ano seguinte. Sua sede recebeu foros de cidade, em face da Lei provincial nº 1781, de 21 de setembro de 1871. A Lei estadual nº 2 de 14 de setembro de 1891, manteve o distrito sede do município de Rio Preto, que na "Divisão Administrativa, em 1911", aparece integrado, por sete distritos: Rio Preto, Jacutinga, Conceição do Boqueirão, Taboão, Olaria, Santa Bárbara do Monte Verde e Barreado. De acordo com os quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1º 1920, o referido município permanece constituído de 7 distritos: Rio Preto, Santa Rita do Jacutinga, Santa Bárbara do Monte Verde, São Sebastião do Barreado, São Sebastião do Taboão, Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão e Santo Antônio da Olaria. Pelo disposto na Lei estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, o município de Rio Preto perdeu para Lima Duarte o distrito de Santo Antônio da Olaria. Assim, na divisão administrativa do Estado, fixada por essa Lei, formando 6 distritos: Rio Preto, São Sebastião do Barreado, Santa Bárbara do Monte Verde, Taboão (antigo São Sebastião do Taboão), Boqueirão do Rio Preto (ex - Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão) e Santa Rita de Jacutinga. Dá-se o mesmo no quadro da divisão administrativa relativa a 1933, nos de divisão territorial datados de 31/12/1936 e 31/12/1937, como também no anexo ao Decreto - Lei estadual nº 88, de 30 de março de 1938. Nota-se que, no quadro de 31/12/1936, o distrito de São Sebastião do Barreado denomina-se Barreado, simplesmente. Em virtude do Decreto - lei estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938, que estatuiu a divisão judiciário-administrativa do Estado, a vigorar no quinquênio... 1939-1943, o município perdeu para o de Bom Jardim, recém-criado, o distrito de Taboão. Nessa divisão, portanto, ele aparece com 5 distritos: Rio Preto, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita do Jacutinga, São Sebastião do Barreado e Boqueirão. Pelo disposto no Decreto-lei estadual nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, o município perdeu para o de Santa Rita de Jacutinga, recém-criado, o distrito desse nome, acrescido de parte do território do distrito de Rio Preto, e o de Itaboca (ex Boqueirão). Na divisão judiciário-administrativa do Estado, vigente no quinquênio 1944-1948, estabelecida pelo Decreto-lei estadual nº 1058, acima consignado, o município de Rio Preto divide-se, portanto, em 3 distritos: o da sede e os de Santa Bárbara do Monte Verde e São Sebastião do Barreado. Semelhantemente, segundo os quadros das divisões administrativas do Estado, em vigor nos quinquênios 1949-1953 e 1954-1958, fixadas pelas Leis estaduais números 336, de 27 de dezembro de 1948, e 1039, de 12 de dezembro 1953, respectivamente, o município de Rio Preto tem a mesma composição distrital fixada pelo Decreto-lei nº 1058, isto é, Rio Preto, Santa Bárbara do Monte Verde e São Sebastião do Barreado.

O projeto Lei nº 562/95 de 8 de novembro de 1995, cria vários Municípios em Minas Gerais. Fica criado o Município de Santa Bárbara do Monte Verde composto do Distrito de São Sebastião

do Barreado, desmembrado do Município de Rio Preto. Rio Preto atualmente é formado pelos seguintes povoados: São Pedro do Taguá, São Luís, São Cristóvão, Funil, Encruzilhada e Porto dos Índios.

Os administradores de Rio Preto eram chamados de Intendentes. Logo depois, Presidente da Câmara e posteriormente Prefeitos.

1871 - Dr. Afonso Antônio de Portugal e Castro - Intendente  
1875-1877 Manoel Alves Coutinho - Intendente  
Manoel Cândido Alves - Intendente  
1889 - Dr. David M. Campista - Intendente  
1901 - Dr. Alberto Augusto Furtado de Souza Lima - Intendente  
1905 --1910 Dr. Esperidião Gomes da Silva - Intendente  
1911 - 1916 Cônego José Inácio Bitencout - Intendente  
1917 - 1919 Dr. Henrique Badaró Portugal - Presidente da Câmara  
1919 - 1937 Dermeval Moura de Almeida - Presidente da Câmara depois Prefeito  
1938 - 1945 Dr. Dolor Gentil Ramalho Pinto - Prefeito  
1945 - Dr. Gerson Salles - Prefeito  
1946 - 1947 Dr. Alberto Furtado Portugal - Prefeito  
1947 - 1950 Dr. José da Silva Ferreira - Prefeito  
1951 - 1952 Dr. Luís Carlos da Costa Carvalho - Prefeito  
1953 - 1954 Dr. Dermeval Moura de Almeida Filho - Prefeito  
1955 - 1958 Joaquim de Paiva Delgado - Prefeito  
1959 - 1962 Dr. Alberto Furtado Portugal - Prefeito  
1963 - 1966 José Hamiltom Mello - Prefeito  
1967 - 1970 José Frederico de Almeida - Prefeito  
1971 - 1972 Guilherme Furtado Portugal - Prefeito  
1973 - 1976 Roberto Antônio Dutra Ferreira - Prefeito  
1977 - 1982 Manoel Duarte da Silveira - Prefeito  
1983 - 1988 José Geraldo Duque - Prefeito  
1989 - 1992 Sebastião de Almeida Lima - Prefeito  
1993 - 1996 José Geraldo Duque - Prefeito  
1997 - 2000 Edmar Wilson Bastos Silva - Prefeito  
2001 - 2004 Agostinho Ribeiro de Paiva - Prefeito  
2005 – 2008 Inácio de Loyola M. Ferreira  
2009 – 2012 Edmar Wilson Bastos Silva

## **Formação Judiciária**

A Comarca de Rio Preto, criada pela Lei provincial nº 2210, de 2 de julho de 1876, foi suprimida pela Lei estadual nº 375, de 19 de setembro de 1903. Restaurou-a, contudo, e de nº 663, de 18 de setembro de 1915, ocorrendo a reinstalação a 1º de dezembro de 1917, em cumprimento do Decreto estadual número 4874, de 19 de setembro desse ano. De conformidade com os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual nº 88, de 30 de março de 1938, e a divisão territorial do Estado, fixada pelo Decreto-lei estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938, município de Rio Preto, é

termo Judiciário único da comarca de idêntica denominação. Nas divisões territoriais do Estado em vigor nos quinquênios 1944-1948, 1949-1953 e 1954-1958, estatuídas pelas Leis estaduais nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, nº 336, de 27 de dezembro de 1948 e nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, respectivamente, a comarca de Rio Preto mantém-se constituída unicamente pelo termo-sede, a que, entretanto, se jurisdicionam 3 municípios: Rio Preto, Santa Rita do Jacutinga e Santa Bárbara do Monte Verde, criado pelo mencionado Decreto-lei estadual nº 1058.

## **Desenvolvimento**

Com a queda do prestígio dos Fortes, Rio Preto entrou em uma fase de estacionamento no progresso econômico. Terminada a Guerra, um surto de progresso soprou sobre Rio Preto e como as demais partes do país, começou a sentir os efeitos do entusiasmo pós-guerra.

No período de 1832 - 1842, data provável da construção da Igreja do Rosário

Em 26 de setembro de 1860 foi Inaugurada a Igreja Matriz de Rio Preto

Em 1860 começa a construção da Igreja do Divino

Em 21 de setembro de 1871, elevou-se a Vila de Rio Preto, à categoria de cidade, pela Lei nº 1781, possuindo uma comarca de segunda entrância, em exercício o primeiro Juiz de direito da comarca, Dr. Lucas Antônio Monteiro e Castro.

Em 02/06/1876 é criada a Câmara Municipal de Rio Preto.

Em 21 de maio de 1887 foi fundada a Santa Casa de Misericórdia.

Em 1901 foi Fundada a Corporação Musical Lima Santos.

Em 1902 é construído uma Delegacia de Polícia.

Em 30 de maio de 1911, pelo decreto estadual, criou-se em Rio Preto o Grupo Escolar. Escola municipalizada em 01 de janeiro de 1998 e que recebe hoje a denominação de Escola Municipal "Dr. Afonso Pena Júnior".

Em 15 de julho de 1914 é fundado o jornal "O Município".

Em 13 de setembro de 1917 é fundado o Esporte Clube Rio Preto.

Em 1917 - primeira experiência de luz elétrica em Rio Preto.

Em 19 de julho de 1919, instalou-se o Asilo São Vicente de Paula para abrigar os idosos desamparados.

Em 20 de fevereiro de 1930, foi criada a Escola Normal Oficial de Rio Preto, que hoje recebe o nome de "Escola Estadual Dermeval Moura de Almeida".

Em 09 de fevereiro de 1941 é instalada a Cooperativa Agropecuária de Rio Preto.

Em 01 de maio de 1948 é fundada a Unidade Sanitária de Rio Preto - Posto de Saúde.

Em novembro de 1956, é criada a Biblioteca Pública de Rio Preto.

Em 21 de abril de 1966 é inaugurado o Fórum Professor Costa Carvalho.

No Período 1967/1970:

É inaugurado o parque Irmã Ventura;

Autoriza a concessão do Serviço Telefônico;

É fundado o Sindicato Rural de Rio Preto.

No Período de 1971/1972:

- É instalada uma torre de TV e o Telégrafo Nacional;

- Festa do centenário da cidade - criação da Bandeira e do Brasão do centenário de Rio Preto;

- Criação da sala de Museu de Rio Preto no prédio da Biblioteca, a qual passa a se chamar: Biblioteca Pública e Museu Regional Dr. Alípio de Araújo Silva;
- Iluminação Pública em Santa Bárbara (que antes era distrito de Rio Preto) e Conceição;

No Período de 1983/1988:

- Construção da Passarela sobre o rio Preto ligando Rio Preto a Parapeúna;
- Inauguração da nova iluminação pública na praça Barão de Santa Clara ;
- Implantação do Serviço Telefônico Interurbano;
- Convênio com o INPS para a Santa Casa de Misericórdia;

## **Atividades Econômicas**

**Pecuária:** É bem desenvolvida, abastecendo a região de Rio Preto e cidades vizinhas com laticínios como: leite, queijos e doces. Fornece também gado de corte para o consumo local.

**Agricultura:** Em geral a agricultura é de subsistência. Nas fazendas e sítios da região é comum plantações de arroz, feijão, milho, cana, frutas e café em pequena quantidade, e hortaliças em geral.

**Comércio:** O comércio de Rio Preto mantém farmácias, inúmeras lojas comerciais, açougues, bares, padarias, lanchonetes, postos de gasolina, imobiliária, livraria, locadora, restaurantes, floriculturas e salões de beleza.

## O Vale do Rio Preto

O vale do rio Preto pertence à cadeia de montanhas da Serra da Mantiqueira. Essa serra é recortada por vales profundos, sendo os de maior importância histórica e econômica o Vale do Rio Paraíba do Sul e o Vale do rio Preto. Na constituição geológica da Mantiqueira, predominam as rochas do complexo cristalino tais como, gnaisses, xistos, granitos e outros.

### **O rio Preto**

A sombra das Agulhas Negras, na Serra da Mantiqueira, a uma altitude de 2.440m, nasce o rio Preto. Em sua extensão de 198Km, serve de limite a dois estados Rio de Janeiro e Minas Gerais. No município de Rio Preto - MG, faz divisão do município com Parapeúna (distrito de Valença RJ).

O nome "Preto" possivelmente teve origem devido ao reflexo das densas florestas que bordejavam suas margens e ao leito forrado de areias carregadas de fino esmeril, que davam a suas águas uma tonalidade escura. Com o tempo suas margens foram devastadas pela colonização e o reflexo em suas águas passou a ser menor, mas mesmo nos dias atuais, suas águas ainda são escuras nos períodos de seca.

O rio Preto é o último grande rio do estado do Rio de Janeiro, ainda não poluído por quaisquer resíduos industriais.

A medida que avança serra a dentro, córregos e ribeirões aumentam sua torrente, levando-o a vencer os obstáculos naturais até a confluência com o Rio Paraíba do Sul, próximo a cidade de Três Rios - RJ.

Durante seu curso, inúmeras cachoeiras e corredeiras, para a navegação fluvial, tornando-o viável apenas para barco de pequeno porte ou canoas.

Oficialmente, o rio preto é afluente do Rio Paraíba. Entretanto inúmeras autoridades e lideranças defendem a idéia de que o correto seria o contrário, uma vez que o rio Preto teria um volume de água maior que o Paraíba e seu leito não sofre brusca alteração no percurso ao se encontrar com o Paraíba.

Nos anos 80 o Vale do Rio Preto, e também o próprio rio Preto, passou por uma danosa experiência de degradação ambiental, trazida pelo garimpo. A suspeita de contaminação das águas do rio Preto, pelo mercúrio usado na separação do ouro (que acabou não sendo confirmada, mediante a coleta de amostra d'água pelo Centro Tecnológico de Minas Gerais), despertou na população de Rio Preto e Valença a consciência de que era preciso por à degradação ambiental que estava sendo submetido.

Todo esse trabalho de conscientização foi tema da Eco-Vale do Rio Preto, que discutiu alternativas para a recuperação ambiental e novas maneiras de se compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação.

### **Bandeira:**

O verde significa as matas; o branco a paz; o marrom a época do café e o amarelo a época do ouro.

### **O Brasão:**

O triângulo vermelho da bandeira de Minas Gerais, sustentado por duas mãos de escravos acorrentados que representam o trabalho e a sustentação econômica desde os primórdios do povoamento no vale do Rio Preto.

A cruz branca representa a religião católica, por excelência nesta região;

Os compartimentos dentro da circunferência representam:

1º A mineração do ouro, razão dos seus primeiros desbravadores;

2º Ciclo da cana-de-açúcar;

3º Ciclo do café, o qual exuberantemente se desenvolveu e sustentou a economia do município. E por último nos dias atuais a cabeça de boi que representa a pecuária, símbolo da atualidade, tudo enfaixado por duas circunferências amarelas e azul que representam o ouro e o céu azul.